



Universidade Lusíada
Lisboa

Especialização
**DIREITO DO CONSUMO NA
PRÁTICA JUDICIÁRIA**



////////////////////
FACULDADE DE DIREITO

Instituto Lusíada de Pós-graduações
Universidade Lusíada de Lisboa
Rua da Junqueira, 188-198, 1349-001 Lisboa
Telefones: +351 213 611 532 / 213 611 533
E-mail: ilpg@lis.ulusiada.pt
Internet: www.lis.ulusiada.pt

APRESENTAÇÃO

O direito do consumo é um ramo derivado do direito civil que surgiu com a necessidade de proteger a parte mais fraca na relação negocial – o consumidor. A matéria do direito do consumo tem assistido a um notável incremento legislativo a nível europeu e nacional, procurando estabelecer um elevado nível de protecção dos consumidores.

Uma das formas de actuação dos consumidores, susceptível de interferir positivamente no mercado é o exercício do direito de acção, com o objectivo de defesa dos seus direitos, o que tem vindo a suscitar uma crescente actividade dos tribunais.

O curso é ministrado em sessões teórico-práticas, em que se privilegia a análise de casos reais ou hipotéticos.

OBJECTIVOS

O presente curso pretende contribuir para a divulgação da problemática da defesa dos direitos dos consumidores na sua vertente prática, recorrendo à jurisprudência e trabalho de casos reais, definindo estratégias processuais e aplicando o direito através dos meios processuais existentes.

DESTINATÁRIOS

Magistrados, Juristas, Gestores, Administradores, Técnicos Superiores ou outros profissionais titulares de licenciatura com interesse no domínio do Direito do Consumo.

Mais informações em: www.lis.ulusiada.pt

COORDENADOR

Prof. Doutor José González

PLANO DE ESTUDOS

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 As fontes do direito do consumo.
 - 1.1.1 Panorama global da principal legislação.
- 1.2 O objecto e princípios fundamentais.
- 1.3 O conceito de consumidor.
 - 1.3.1 A alegação e prova da qualidade de consumidor.
- 1.4 Questões actuais e futuras.

2. OS CONTRATOS DE CONSUMO

- 2.1 Conceito.
- 2.2 Forma.
- 2.3 Formação.
- 2.4 Vícios na formação.
- 2.5 Informação.
- 2.6 Conteúdo contratual.
 - 2.6.1 As cláusulas abusivas.
- 2.7 Cumprimento e incumprimento.
- 2.8 Os contratos de consumo em especial.
 - 2.8.1 Contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento.
 - 2.8.2 Venda de bens de consumo.

3. A TUTELA JURÍDICA

- 3.1 Meios de resolução de conflitos de consumo.
- 3.2 A distinção entre interesses individuais e interesses difusos.
- 3.3 A acção declarativa comum.
 - 3.3.1 As providências cautelares.
- 3.4 Principais meios de defesa em ações e execuções.
- 3.5 As acções colectivas.
 - 3.5.1 A acção popular.
 - 3.5.2 A acção inibitória de cláusulas contratuais gerais.
 - 3.5.3 A acção inibitória destinada a prevenir, corrigir ou fazer cessar práticas lesivas dos direitos do consumidor.
 - 3.5.4 A acção inibitória transnacional.

DOCENTES

• Mestre João Alves

Procurador da República
Coordenador do Gabinete de Interesses Difusos e Colectivos da Procuradoria-Geral da República

HORÁRIO

Quarta-feira: 18H00 - 20H00

DURAÇÃO

Este curso de especialização, com início na segunda semana de Janeiro de 2019, apresenta um total de 30 horas lectivas.

AValiação

A avaliação será realizada através da elaboração de relatórios, um por cada módulo, a apresentar pelos alunos. Presença obrigatória em pelo menos 70% das aulas.

Para mais informações, consultar a página web relativa às Especializações: www.lis.ulusiada.pt/Ni98T.